



TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

RESOLUÇÃO N. 9 DE 8 DE JUNHO DE 1977

O TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o decidido na sessão administrativa de 07 de junho de 1977,

Tendo em conta o disposto no art. 121, da Constituição, na redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 7, de 13 de abril de 1977, segundo o qual o Tribunal Federal de Recursos compete indicar, em lista tríplice, os juízes federais a serem nomeados para o Tribunal;

Considerando a norma do art. 207 da Constituição, introduzido pela mesma Emenda Constitucional n. 7;

Considerando a conveniência de disciplinar, desde logo, o processo de escolha dos juízes federais a integrarem as listas tríplices, para os efeitos, inclusive, do disposto no art. 207 da Constituição,

RESOLVE:

Art. 1º A indicação de juízes federais a serem nomeados pela Presidente da República, para o Tribunal Federal de Recursos, prevista no art. 121 da Constituição, far-se-á na conformidade desta Resolução.

Art. 2º A escolha poderá recair em qualquer dos juízes federais em atividade ou em disponibilidade remunerada.

§ 1º Os membros do Tribunal receberão, com antecedência de, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas da data da sessão especialmente convocada (art. 4º), relação dos juízes federais instruída com cópia dos respectivos assentamentos e informações sobre o tempo de serviço.

§ 2º Para os efeitos deste artigo, considerar-se-á, também, o disposto no art. 201 e parágrafo único da Constituição.

Art. 3º Elaborar-se-á a lista tríplice para cada vaga existente no Tribunal, a ser preenchida dentre juízes federais.

§ 1º Se houver mais de uma vaga, compor-se-ão, simultaneamente, as listas tríplices respectivas,

§ 2º Somente constará de lista tríplice o juiz federal que obtiver, em primeiro ou subsequente escrutínio, a maioria absoluta dos votos dos membros do

Tribunal, incluído o Presidente.

Art. 4º Para composição de lista tríplice de juízes federais, o Tribunal reunir-se-á, pelo mínimo, com dois terços de seus membros, além do Presidente, em sessão pública, especialmente convocada.

§ 1º Aberta a sessão, será transformada, de imediato, em secreta, para que o Tribunal, em conselho, discuta aspectos gerais referentes à escolha dos juízes, seus currículos e vida pregressa.

§ 2º Tornada, de novo, pública a sessão, o Presidente designará a Comissão Escrutinadora integrada por três membros do Tribunal.

§ 3º Proceder-se-á, a seguir, em votação secreta, a escolha dos nomes que comporão lista tríplice, realizando-se tantos escrutínios, quantos necessários, obedecido o disposto no artigo 3º, § 2º.

§ 4º Os juízes federais figurarão, em listas tríplices, de acordo com a ordem decrescente de sufrágios que obtiverem, respeitado, também, o número de ordem do escrutínio.

Art. 5º Para votação receberão os membros do Tribunal lista única com o nome de todos os juízes federais (artigo 2º e § 2º).

§ 1º Em primeiro escrutínio, o Tribunal votará em três nomes se uma só for a lista tríplice a compor-se, ou em tantos nomes, quantos necessários à constituição das listas tríplices (artigo 3º, § 1º) que, para os efeitos desta Resolução, serão numeradas.

§ 2º Em se tratando de lista tríplice única, ter-se-á como constituída, se, em primeiro escrutínio, três ou mais juízes federais obtiverem maioria absoluta dos votos do Tribunal, hipótese em que nela figurarão, pela ordem decrescente de sufrágios, os nomes dos três mais votados. Em caso contrário, efetuar-se-á segundo escrutínio e, se necessário, novos escrutínios, concorrendo, apenas, em cada um, juízes, em número correspondente ao dobro dos nomes a ainda inserir na lista, de acordo com a ordem da votação alcançada no escrutínio anterior, incluídos, entretanto, todos os nomes com igual número de votos na última posição a considerar.

§ 3º Na organização de mais de uma lista tríplice, simultaneamente, os nomes que obtiverem, em primeiro escrutínio, maioria absoluta dos votos dos membros do Tribunal figurarão, pela ordem decrescente de votos obtidos, em primeiro lugar, em cada uma das listas, de acordo com sua numeração (artigos 5º, § 1º), e nos lugares subsequentes, horizontalmente considerados, das listas, pela mesma, ordem, da primeira à última. Se, em primeiro escrutínio, não se preencherem todos os lugares das diversas listas, proceder-se-á a segundo e, se necessário, a novos escrutínios, concorrendo, em cada um, tantos juízes federais, quantos correspondam ao dobro do número de nomes a ainda incluir nas listas tríplices, dentre os mais sufragados no escrutínio precedente, respeitado o disposto na parte final do parágrafo anterior, distribuindo-se, nas listas, os nomes escolhidos, de acordo com a ordem prevista para o primeiro escrutínio. Em segundo ou subsequente escrutínio, o Tribunal votará em tantos nomes, quantos faltem a ser incluídos nas listas.

Art. 6º Em caso de empate, em qualquer escrutínio, prevalecerá o critério da antiguidade no cargo de Juiz Federal, considerado, para este fim, o disposto no Provimento n. 43, de 20.05.1970, do Conselho da Justiça Federal, Título II, item VIII, quanto a todos os juízes federais e juízes federais substituídos,

empossados em abril e maio de 1967. Se, ainda, persistir o empate, serão adotados os critérios previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União, quanto à promoção (Lei 1.711/52, art. 47).

Art. 7º No ofício de encaminhamento ao Poder Executivo da lista tríplice única ou das diversas listas tríplexes, far-se-á referência ao número de votos obtidos pelos juizes indicados e à ordem do escrutínio em que se deu a escolha.

Art. 8º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE.

Ministro MOACIR CATUNDA